

RESENHA DE “EM ESPÍRITO E EM VERDADE”, DE JOHN FRAME

KEVIN REED

Uma revisão e comentário do *Worship in Spirit and Truth* [Adoração em Espírito e em Verdade]¹, um livro escrito por John Frame (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed Pub. Co., 1996; paper, 171 pages). Dr. John Frame (nascido em 1939) é um filósofo americano e teólogo calvinista notório por sua obra em Epistemologia e Apologética Pressuposicional, Teologia Sistemática e Ética. É um dos mais proeminentes intérpretes e crítico do pensamento de Cornelius Van Til.

Em Espírito e em Verdade, de John Frame, é um manual de escola dominical que tem o propósito de sumarizar princípios e práticas bíblicas de culto. Todavia, ele na verdade constitui um abandono da concepção escriturística e confessional do culto. Fazer uma resenha de um livro como este é uma atividade frustrante em vários aspectos:

1) Primeiro, há a questão das definições. Frame reivindica abraçar o Princípio Regulador, a Confissão de Westminster, e outras formulações históricas do culto reformado. Contudo, sob exame cuidadoso, o leitor verificará que Frame na verdade se afastou dos parâmetros históricos do culto reformado.

2) Segundo, o método de Frame para estabelecer suas próprias práticas de culto é, na melhor das hipóteses, precipitado. Muitos textos usados como provas estão espalhados de forma parentética pelas páginas de seu livro; entretanto, ele não fornece uma exegese acurada dessas referências da Escritura para demonstrar como elas sustentam suas conclusões mais controversas. Talvez não possamos esperar uma exposição detalhada da Bíblia num diminuto manual de Escola Dominical. No entanto, os leitores deveriam ponderar nas Escrituras com cuidado, em vez de presumir que os textos parentéticos de fato fornecem suporte para as proposições adjacentes a eles.

3) Terceiro, Dr. Frame levanta tantas questões com respeito à doutrina e às práticas de culto que um extenso livro em resposta poderia ser escrito a fim de se reparar todas as suas aberrações e contestá-las completamente. Visto que somos chamados para ser administradores sensatos de nossos recursos, não

¹ N. do T.: Publicado recentemente no Brasil pela editora Cultura Cristã sob o título: “*Em Espírito e Em Verdade*” – 208 páginas. A paginação da obra neste artigo refere-se à edição brasileira.

devemos perder tempo precioso em perseguir Frame em todo “rabo de coelho”. Todavia, por causa das concepções erradas criadas pelas observações de Frame do Princípio Regulador e da Confissão de Westminster, nós revisaremos o desenvolvimento histórico do Princípio Regulador do culto. Iremos, então, falar de algumas das conturbadoras implicações da posição do Sr. Frame, especialmente ao atingirem a Confissão de Westminster.

Os leitores interessados no fundamento *bíblico* para o Princípio Regulador deveriam estudar os documentos da Reforma e escritos referidos na discussão seguinte; examinar os textos-prova que os acompanham nas fontes originais (especialmente em uma edição completa dos Padrões de Westminster), a fim de ver as bases escriturísticas para a visão reformada do culto. Além disso, como o presente resenhista já escreveu um breve sumário de seu próprio entendimento do ensino escriturístico acerca do culto,² não vamos repetir aquela mesma discussão aqui.

O PRINCÍPIO REGULADOR NA TEOLOGIA REFORMADA

O Princípio Regulador não irrompeu do nada durante a era puritana; seu fundamento final vem da Escritura. Os reformadores protestantes defenderam a autoridade e suficiência da Escritura, e procuraram aplicar a regra do *sola scriptura* à questão da adoração.

O Prefácio à Confissão Francesa de 1559 ilustra a conexão entre a autoridade reguladora da Escritura e o culto apropriado a Deus:

*“Nós devemos tal respeito e reverência à Palavra de Deus quanto devemos nos prevenir para não lhe acrescentar nada de nós mesmos, mas devemos nos tornar inteiramente conformes às regras que ela prescreve. E visto que a Igreja Romana, abandonando os usos e costumes da igreja primitiva, introduziu novos mandamentos e uma nova forma de culto a Deus, nossa consideração a respeito dessas coisas é que é razoável preferir os mandamentos de Deus, que são em si mesmos verdade, aos mandamentos de homens, que por sua natureza são inclinados ao engano e vaidade”.*³

² Ver *Biblical Worship*, por Kevin Reed (Dallas: Presbyterian Heritage, 1995).

³ A tradução em Inglês está publicada em Philip Schaff, ed., *The Creeds of Christendom* [Os Credos da Cristandade] (1931 [6ª edição]; rpt. Grand Rapids: Baker 1983), 31357. Da mesma forma, o *Scottish First Book of Discipline* [O Primeiro Livro Escocês de Disciplina], de 1560, extrai uma conexão direta entre a autoridade da Escritura e ordenanças eclesiásticas relacionadas ao culto. Em uma explanação ao primeiro cabeçalho de doutrina no Livro, a igreja escocesa declara: “Nós afirmamos que, Toda Escritura inspirada de Deus é eficaz para instruir, repreender, e exortar” Em cujos livros do Velho e Novo Testamento nós afirmamos que todas as coisas necessárias para a instrução da Kirk

O Artigo 5 desta confissão enfatiza a autoridade e suficiência das Escrituras. O Artigo 24 rejeita uma variedade de práticas papais, especialmente o purgatório, votos monásticos, peregrinações, a proibição do casamento, de se comer carne, a observância cerimonial de dias, confissão auricular, indulgências, e toda sorte de coisas pelas quais eles esperam merecer perdão e salvação. Nós rejeitamos essas coisas, não apenas pela falsa idéia do mérito que está atrelado a elas, mas também porque são invenções humanas, impondo um jugo na consciência.⁴

Testemunho similar será encontrado em uma confissão traçada por João Calvino para as igrejas reformadas da França (1562). A Confissão afirma:

*“De nossa parte, de acordo com Sua declaração, de que obedecer é melhor que sacrificar (1 Sm 15:22), e com Sua injunção uniforme para ouvirmos o que Ele ordena, para rendermos um sacrifício bem regulamentado e aceitável, acreditamos que não devemos inventar o que nos pareça bom, ou seguir o que pode ter sido criado na mente de outros homens, mas nos limitarmos simplesmente à pureza das Escrituras. Por conseguinte, nós cremos que qualquer coisa que não seja proveniente dela, mas seja ordenada somente pela autoridade de homens, não deve ser considerada como culto a Deus”.*⁵

A Confissão continua com uma aplicação específica da autoridade reguladora das Escrituras com respeito às práticas do culto:

(nome da Igreja da Escócia – NT), e para fazer o homem de Deus perfeito estão contidas e são suficientemente expressas. Por doutrina contrária, nós entendemos seja o que for que homens, por leis, conselhos ou constituições têm imposto sobre a consciência dos homens sem o mandamento expresso da Palavra de Deus: tal como fazer voto de castidade, repúdio, anulação de casamento, obrigação de homens e mulheres a indumentárias distintas e de disfarce, à observação supersticiosa de dias de jejum, a fazer diferença em comer carne por motivo de consciência, oração pelos mortos; e a guarda de dias santos de certos santos ordenados por homens, tal como são todos aqueles inventados pelos papistas, como as festas (como eles as chamam) dos apóstolos, mártires, virgens, Natal, circuncisão, epifânia, purificação, e outras festas devotas de nossa senhora. Cujas coisas, porque nas Escrituras de Deus não há ordenança nem segurança delas, nós as julgamos que fossem totalmente abolidas deste reino; afirmando mais, que aqueles que sustentam e aqueles que ensinam obstinadamente tais abominações não devem escapar da magistratura civil”. *The First and Second Books of Discipline* (Dallas: Presbyterian Heritage, 1993), pp.25,26.

⁴ Artigo 24; como publicado em Schaff, *Creeds of Christendom*, 3:373-74, ênfase adicionada.

⁵ *Selected Works of John Calvin: Tracts and Letters* (Obras Seleccionadas de João Calvino: Tratados e Cartas) (1844; rpt. Grand Rapids: Baker, 1983), vol. 2, p. 147.

*“Desde que os homens se afastaram da obediência pura e santa a Deus, descobriram que boa intenção era suficiente para aprovar qualquer coisa. Isso abriu a porta para toda sorte de superstições. Essa tem sido a origem do culto de imagens, compra de missas, acúmulo em igrejas de pompa e procissões, a concorrência nas peregrinações, a prestação de quaisquer votos que estejam à mão. Mas o abismo aqui é tão profundo que nos bastar termos tocado em alguns exemplos. Tão longe está de ser permitido honrar a Deus por invenções humanas, que não haveria, na religião, quer na superfície quer no cerne, nenhuma firmeza nem certeza: tudo naufragaria, e o cristianismo em nada seria diferente das idolatrias dos pagãos”.*⁶

A Bíblia de Genebra (1560) contém notas marginais refletindo o entendimento reformado do culto. Por exemplo, uma nota em Mateus 15:9 diz: “Deus não será honrado de acordo com a fantasia de um homem, mas detestou todas as boas intenções que não são alicerçadas na Sua Palavra”.

Portanto, nós vemos que no coração do culto reformado está o conceito de que Deus não pode ser cultuado por meios de elaboração humana, mesmo sob a pretensão de boa intenção; antes, o culto genuíno deve ser oferecido pelos meios que Deus impôs em Sua Palavra.

Para ilustrar como o Princípio Regulador fornece as bases para as práticas do culto corporativo, nós voltamos à Ordem de Genebra – um diretório para o culto que foi adotado pela congregação de exilados ingleses que viviam em Genebra na época de Calvino.⁷

No Prefácio à Ordem, uma conexão é extraída entre a suficiência das Escrituras e o culto da igreja:

“Nós, portanto, não como os maiores clérigos de todos, mas como o menos capaz de muitos, apresentamos a vocês que desejam o crescimento da glória de Deus, e a simplicidade pura de Sua Palavra, uma forma e ordem de uma

⁶ Selected *Works of John Calvin: Tracts and Letters* [Obras Seleccionadas de João Calvino: Tratados e Cartas], vol. 2, pp. 148-49.

⁷ *The Genevan Book of Order: The Form of Prayers and Ministration of the Sacraments, etc., Used in the English Congregation at Geneva* [O Livro de Ordem de Genebra: A Forma das Orações e Ministração dos Sacramentos, etc., Usados na Congregação Inglesa em Genebra] (1556; rpt, Dallas: Presbyterian Heritage, 1993). A congregação era pastoreada por John Knox. É importante ressaltar que esta Ordem não é uma liturgia. O historiador escocês C.G. M’Crie observa: “A expressão ‘Liturgia’ aplicada à Forma de Orações foi desafortunada e infeliz. Pois, se o termo for tomado no seu sentido técnico mais restrito no qual ele é aplicado ao serviço da Comunhão no altar, ou na acepção mais abrangente e popular de acordo com a qual ele descreve formas prescritas e obrigatórias ou ofícios do culto, ele é inaplicável a qualquer livro de culto presbiteriano, que jamais visam ser mais que um diretório, com formas para uso opcional.” C.G.M’Crie, *The Public Worship of Presbyterian Scotland* (Edinburgh: William Blackwood, 1892), p.106.

*igreja reformada, limitada ao compasso da Palavra de Deus, que nosso Salvador nos deixou como única suficiente para governar todas as nossas ações; de modo que qualquer coisa que lhe seja acrescentada por artifício de homens, por melhor, por santo ou bonito que isto pareça, todavia diante de nosso Deus, que é zeloso e que tem ciúmes e não pode admitir nenhuma sociedade ou conselheiro, isto é mau, iníquo e abominável”.*⁸

Por conseguinte, as práticas de culto da Igreja, aqui intituladas “cerimônias”, estão restritas aos modelos impostos pelas Escrituras:

*“Pois como as cerimônias fundadas sobre a Palavra de Deus, e aprovadas no Novo Testamento, são recomendáveis (conforme as circunstâncias dão apoio), assim aquelas que o homem inventou (embora ele nunca tenha tido ocasião tão boa para isso), uma vez que elas são abusivas, obstruem a Palavra de Deus, ou são extraídas de uma superstição, devem ser abolidas sem respeito”.*⁹

Tendo estabelecido esses princípios gerais, a Ordem de Genebra prossegue em sumarizar as práticas básicas do culto que serão encontradas no culto cristão:

*“Nós nos contentamos com aquela sabedoria que temos aprendido no livro de Deus, onde somos ensinados a pregar a Palavra de Deus com pureza, ministrar os sacramentos com sinceridade, e usar as orações e outras ordenanças porque são aprovadas para o engrandecimento da glória de Deus e edificação de Seu povo santo. No tocante à pregação, visto que ela é permitida a todo homem piedoso, nós podemos por agora deixar de lado sua comprovação. Para a ministração dos dois sacramentos nosso livro também dá prova suficiente.”*¹⁰

Seguindo esta afirmativa, há uma breve defesa do canto congregacional de salmos, que foi uma prática restaurada recentemente entre congregações protestantes.

Os relatos da Ordem de Genebra refletem os princípios delineados no prefácio. A Ordem unicamente permite tais elementos de culto conquanto possam ser estabelecidos pela Palavra de Deus. O culto semanal no Dia do Senhor é composto dos seguintes itens: (1) uma oração congregacional para confissão de pecados; (2) canto congregacional de um salmo, seguido por (3) uma oração antes do sermão; (4) o sermão (acompanhado da leitura da

⁸ *The Geneva Book of Order* [O Livro de Ordem de Genebra], página 25.

⁹ *The Geneva Book of Order*, página 27.

¹⁰ *The Geneva Book of Order*, página 30.

Escritura); depois do sermão, (5) uma oração pelo estado integral da igreja de Cristo; (6) canto congregacional de outro salmo; (7) o pronunciamento do ministro de uma bênção (tirada da Escritura) sobre a congregação. Também são fornecidas formas para os aspectos mais ocasionais do culto público, tal como o batismo e a administração da Ceia do Senhor.

Embora a Ordem de Genebra contenha uma variedade de orações e admoestações para o culto, ela inclui uma nota explanatória tornando claro que os ministros não estão ligados ao livro como numa aderência escrava.

“Não deverá ser necessário para o ministro diariamente repetir todas essas coisas antes mencionadas, mas começando com algum modo de confissão, prosseguindo até o sermão; que uma vez terminado, ele ou usa a oração para todas as situações antes mencionadas, ou outros louvores, conforme deverá o Espírito de Deus mover seu coração, enquadrando o mesmo de acordo com o tempo e assunto que ele solicitou”.¹¹

Em outro lugar nos credos reformados, os leitores irão achar amplo testemunho do Princípio Regulador. O Catecismo de Heidelberg (1563) declara isto em poucas palavras:

“Pergunta 96. O que Deus requer no segundo mandamento?”

Resposta: Que não façamos de modo algum qualquer imagem de Deus, nem O cultuemos de outro modo qualquer que Ele não tenha prescrito em Sua Palavra”.

Até aqui, nós temos restringido nossas citações a formulários públicos e documentos extraídos da época da Reforma. Esses trechos são representativos de muitos outros testemunhos públicos, assim como as opiniões individuais dos reformadores.

Calvino considerava o assunto do culto como fundamental para a fé cristã. Em seu tratado *On the Necessity of Reforming the Church* [*Sobre a Necessidade de Reformar a Igreja*], o reformador de Genebra afirma que a substância completa do cristianismo pode ser condensada em duas vertentes principais: “*primeiro*, o modo no qual Deus é verdadeiramente adorado; e *segundo*, a fonte da qual a salvação é obtida”.¹² Em outro lugar, ele escreve: “debater acerca do modo

¹¹ *The Geneva Book of Order (O Livro de Ordem de Genebra)*, página 63.

¹² *On the Necessity of Reforming the Church* [*Sobre a Necessidade de Reformar a Igreja*] (1544); rpt. Dallas: Protestant Heritage Press, 1995), p.15; ou como publicado em *The Selected Works of John Calvin: Tracts and Letters* [*Obras Seleccionadas de João Calvino: Tratados e Cartas*] (1844; rpt. Grand Rapids: Baker, 1983), vol.1, p.126.

como os homens obtêm salvação, e não dizer nada do modo como Deus pode ser devidamente adorado, é um absurdo”.¹³

Calvino diz que “a regra que distingue entre o culto puro e o corrompido é de aplicação universal, a fim de que possamos não adotar nenhum artifício que a nós mesmos pareça adequado, mas olhemos para as injunções dAquele que é o único intitulado para prescrever”. O reformador continua:

*“Eu sei como é difícil persuadir o mundo de que Deus desaprova todos os modos de culto que não sejam expressamente sancionados por Sua Palavra. A persuasão oposta que lhes abre caminho, estando assentada, por assim dizer, em seus próprios ossos e medula, é que o que quer que eles façam tem em si mesmo uma sanção suficiente, seguros de que isso manifesta algum tipo de zelo para a honra de Deus. Mas, como Deus não apenas considera infrutífero mas também abertamente abomina o que quer que tomemos por nossa própria conta como zelo ao Seu culto, se está em desacordo com Seu mandamento, o que nós ganhamos em direção contrária? As palavras de Deus são claras e distintas: “O obedecer é melhor do que o sacrificar”. “E em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens” (1 Sm 15:22; Mt 15:9). Toda adição à Sua Palavra, especialmente neste assunto, é uma mentira. Mero “culto de si mesmo” (ethelothreskeia) é vaidade (Cl 2:23). Esta é a sentença, e uma vez que o juiz já tenha sentenciado, não há mais tempo para debate”.*¹⁴

Entre os reformadores, nenhum foi tão rigoroso como John Knox. Falando abertamente dessa questão, Knox disse: “Todo culto, honra ou serviço inventado pela mente humana na religião de Deus, sem Sua ordenança expressa, é idolatria”.¹⁵ A concepção de Knox o levou a se opor ao culto de Roma e a muitos elementos da liturgia anglicana.

¹³ *The True Method of Giving Peace to Christendom and Reforming the Church* [O Método Verdadeiro de Trazer Paz à Cristandade e Reformar a Igreja] (1548) em *Selected Works: Tracts and Letters*, vol.3,p.260.

¹⁴ *On the Necessity of Reforming the Church* [Sobre a Necessidade de Reformar a Igreja], p.18; ou, como publicado em *Selected Works of John Calvin: Tracts and Letters* [Obras Seleccionadas de João Calvino: Tratados e Cartas], vol.1, pp.128-29. Cf. *Necessity*, pp. 23-24, 47-50, 96-97; em *Selected Works: Tracts*, vol.1, pp.132-33, 151-53, 189-90. Ver também *Come Out From Among Them: ‘Anti-Nicodemite’ Writings of John Calvin* (Dallas: Protestant Heritage Press). Observar também: o Comentário de Calvino em Deuteronômio 12:29-31; as cartas de Calvino para Somerset (22 Out. 1548; *Letters*, vol.2), para o rei Edward (Jan. 1551; *Letters*, vol.2), à igreja de Frankfurt (*Letters*, vol.3, pp. 117-19), para Richard Cox (como reimpressas em *Works* de Knox, vol.4, pp. 58-60).

¹⁵ *A Vindication of the Doctrine that the Sacrifice of the Mass is Idolatry* [Uma Reivindicação da Doutrina de que o Sacrifício da Missa é Idolatria] (1550); em *Works* (Obras), vol.3, p.34; *Selected Writings* [Escritos Seleccionados] (Dallas; Presbyterian Heritage, 1995), vol.1, p.23. Os leitores interessados no ensino de Knox acerca do culto deveriam obter *Selected Writings of John Knox* [Escritos Seleccionados de John Knox], e dar atenção especial às primeiras 100 páginas do volume. Ver também o ensaio no “The

Em outra declaração sucinta, o reformador escocês disse: “Eu não temo afirmar que impedir toda superstição, vã religião e idolatria é uma necessidade tal como a esperança pela vida eterna. Chamo de vã religião e idolatria qualquer coisa que seja feita em serviço ou culto a Deus, ou honra, sem o mandamento expresso de Sua própria Palavra”.¹⁶

Deveria estar claro agora que o Princípio Regulador, embora não chamado por esse termo, já era um conceito amplamente compreendido entre os protestantes; ele não foi uma invenção contemporânea dos puritanos.¹⁷

Observe especificamente que os documentos da Reforma claramente mostram que os princípios reguladores advêm da regra do *sola scriptura* da teologia protestante. A idéia central é que a igreja deve restringir seu culto aos meios impostos pela Escritura, e não pode adorar a Deus “de nenhum outro modo que Ele não tenha prescrito em Sua Palavra” (tomando emprestadas as palavras do Catecismo de Heidelberg). É ainda observado que boa intenção não é uma base suficiente para se adotar métodos de culto que são inovações humanas.

OS PADRÕES DE WESTMINSTER

Tendo traçado o Princípio Regulador dentro das formulações protestantes anteriores, vamos agora a uma breve consideração dos Padrões de Westminster. Os Padrões de Westminster foram produzidos entre um período convulsivo na História Inglesa. Em meados de 1600, questões acerca do culto haviam sido levadas à frente da controvérsia teológica na Inglaterra. Por isso, a doutrina dos Padrões de Westminster é totalmente exata e discriminante ao tocar o assunto do culto.

Seguindo a teologia da Reforma, os grandes teólogos de Westminster começam com uma asseveração acerca da autoridade e suficiência da Escritura.

Biblical Law of Worship” [“A Lei Bíblica do Culto”] no volume *John Knox: The Forgotten Reformer* [John Knox: o Reformador Esquecido] por Kevin Reed (Presbyterian Heritage).

¹⁶ *Appellation from the Sentence Pronounced by the Bishops and Clergy: Addressed to the Nobility and Estates of Scotland* [Apelação da Sentença Pronunciada pelos Bispos e Clérigos: Dirigida à Nobreza e Estados da Escócia] (1558), em *Works* (Obras), vol. 4, p.468; *Selected Writings* [Escritos Selecionados], vol. 1, p.474.

¹⁷ As duas publicações seguintes demonstrarão amplamente as opiniões dos reformadores proeminentes: *Come Out From Among Them: ‘Anti-Nicodemite’ Writings of John Calvin* [Retirai-vos do Meio Deles: Escritos ‘Anti-Nicodemitas’ de João Calvino] (com um ensaio introdutório traçando o interesse de Calvino pelo culto através de seus tratados e pesquisas); *John Knox: The Forgotten Reformer* (por Kevin Reed), capítulo 2, “The Biblical Law of Worship”.

A Confissão ilustra a conexão entre o princípio do *sola scriptura* e o culto apropriado a Deus.

“Todo o conselho de Deus concernente a todas as cousas necessárias para a Sua glória e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum ...” (1:6)

Tocando mais especificamente no assunto do culto, a Confissão afirma:

“... o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por Ele mesmo e tão limitado pela Sua vontade revelada, que não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras” (21:1, ênfase adicionada).

Observe que a palavra crucial na última frase é o termo *prescrito*. O texto *não* diz que aqueles homens são livres para utilizar qualquer modo de culto a menos que seja *proibido* nas Escrituras; mas diz expressamente que a adoração é limitada aos modos *prescritos* nas Escrituras. Isto sinaliza uma diferença essencial entre o Princípio Regulador reformado e as noções soltas dos anglicanos e luteranos.¹⁸

A Confissão então descreve várias “partes” do culto que são impostas pela Escritura:

“A oração com ações de graças ... a leitura das Escrituras com o temor divino, a sã pregação da Palavra e a consciente atenção a ela em obediência a Deus, com inteligência, fé e reverência; o cantar salmos com graças no coração, bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo – são partes do ordinário culto de Deus, além dos juramentos religiosos; votos, jejuns solenes e ações de graças em ocasiões especiais, tudo o que, em seus vários tempos e ocasiões próprias, deve ser usado de um modo santo e religioso” (21:3-5).¹⁹

Ao falar mais particularmente dos sacramentos (em relação ao pacto da graça), a Confissão percebe certas distinções entre as ordenanças do Velho Testamento e o culto no Novo Testamento.

¹⁸ O Catecismo Menor declara a questão sucintamente: “O segundo mandamento proíbe a adoração a Deus por imagens, ou qualquer outro modo não indicado em Sua Palavra” (Resposta 51).

¹⁹ Ver o ensino paralelo do Catecismo Maior, perguntas 108-109. Para se ter uma idéia mais clara do que os grandes teólogos de Westminster queriam dizer por “ocasiões especiais” e as partes extraordinárias do culto, ver o “Apêndice” do Diretório para Culto Público.

“Sob o Evangelho, quando foi manifestado Cristo, a substância, as ordenanças pelas quais este pacto é dispensado são a pregação da Palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor; por estas ordenanças, posto que poucas em número e administradas com maior simplicidade e menor glória externa, o pacto é manifestado com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual, a todas as nações, aos judeus bem como aos gentios...” (7:6).

Portanto, mesmo um olhar de relance nos Padrões de Westminster revela o escopo do Princípio Regulador do culto. As práticas apropriadas do culto são restringidas àquelas “partes” do culto especificamente impostas na Escritura. Depois, às vezes escritores se referem às partes do culto como “elementos”, exatamente como escritores antecedentes às vezes falaram de “formas” ou “modos” de culto. Não levando em consideração a terminologia usada, o conceito é bastante claro: os únicos meios apropriados de culto são aqueles que Deus estabeleceu nas Escrituras para nosso uso presente.

Os homens não são livres para inventar novos métodos de culto por si mesmos, nem para impor tais inovações sobre outros. “Só Deus é Senhor da consciência, e Ele a deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que em qualquer coisa sejam contrários à Sua Palavra ou que, em matéria de fé ou de culto estejam fora dela” (CFW 20:2).²⁰

Por questão de clareza, os grandes teólogos de Westminster acrescentaram a seguinte afirmativa, que freqüentemente sofre abuso:

“... há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da igreja, comum às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da palavra, que sempre devem ser observadas” (1:7).

Na verdade, esta declaração constitui outra restrição: qual seja, ela serve como lembrete de que mesmo em matérias *circunstanciais* não incluídas expressamente na Escritura, a igreja ainda deve ser governada pelas “regras gerais da Palavra”. Contudo, alguns autores modernos tentam usar esta declaração como uma cláusula de escape, exclamando que muitos aspectos do culto são matérias meramente circunstanciais deixadas à ampla ponderação da igreja.

²⁰ N. do T.: Esta é a redação correta desta seção ou Confissão, como publicada na *Confissão de Fé* pela Cultura Cristã/Casa Publicadora Presbiteriana (Cambuci – São Paulo, 1989).

Outros escritores têm feito uma cobertura completa sobre este assunto;²¹ assim não forneceremos uma discussão prolongada do tópico aqui. Mas interrompemos para observar que as “circunstâncias” (não os “elementos” de culto — NE) descritas nesta declaração são questões “comuns às ações e sociedades humanas”, querendo dizer que elas pertencem à organização corporativa de qualquer sociedade, seja secular ou sagrada.

Por exemplo, para reunir suas assembléias, toda sociedade deve ter um método de estabelecer um tempo e lugar para o encontro. Por isso, a igreja, a fim de cumprir seu dever para a adoração corporativa (Hb 10:25), deve estabelecer uma hora e lugar para seus cultos. As Escrituras não têm um mandamento para uma hora ou lugar específicos; estes são claramente “circunstâncias”, a serem governadas pelas regras gerais da Escritura. Portanto, os presbíteros, como oficiais bíblicos da igreja, estabelecerão uma hora e lugar que conduza à edificação da congregação.

SUMÁRIO DA DOCTRINA REFORMADA

O testemunho coletivo dos credos reformados e escritores proclamam o seguinte princípio: Cada parte do culto deve estar imposto pela Escritura, se for para ser admitida como forma válida de culto a Deus. (Sem considerar os termos usados para designar as *partes* do culto – termos tais como *modelos, elementos, meios, formas, modos* – os credos reformados e autores estavam falando do mesmo conceito básico).

Agora estamos preparados para examinar o paradigma para o culto do Sr. Frame e o Princípio Regulador. Nós iremos ver que ele se desvia da doutrina reformada do culto; e especificamente repudia o ensino da Confissão de Westminster.

REESCREVENDO O PRINCÍPIO REGULADOR

John Frame reivindica crer no Princípio Regulador e na Confissão de Westminster. No capítulo 4 de seu livro, ele abre uma discussão sobre o Princípio Regulador, corretamente percebendo as deficiências de Roma, Cantuária e do Luteranismo. Ele cita a CFW 21:1, observando que a palavra operante é “prescrito” (p.67). Até aqui, tudo bem.

²¹ Ver John L. Girardeau, *Instrumental Music in the Public Worship of the Church* [*A Música Instrumental no Culto Público da Igreja*] (Columbia, 1888), capítulo 4, especialmente p. 135ss.

Então ele muda para uma seção de aplicações, perguntando: “Não há, então, nenhum papel para o pensamento, planejamento ou decisões humanas no culto a Deus?” (p.68). Ele fornece uma avaliação negativa de alguns (sem dar nomes) puritanos e presbiterianos escoceses que supostamente fizeram uma distinção aguda entre matérias seculares e sagradas. Todavia, os puritanos e escoceses não proclamaram que decisões e circunstâncias fossem puramente seculares; antes, as circunstâncias podem ser consideradas matérias indiferentes se consideradas de forma abstrata, mas elas obtêm uma *significância sagrada* quando implementadas de alguma forma no culto a Deus.

Porque as circunstâncias são restritas aos atos “comuns às ações e sociedades humanas”, Frame conclui que questões como palavras específicas na oração não são incluídas pela doutrina confessional das circunstâncias; portanto, a igreja é dotada com ampla largueza nas aplicações pertinentes à oração. Aqui ele prepara o leitor para posteriores desvios do paradigma confessional.

Frame reivindica que sua formulação “não contradiz a Confissão, mas vai além” (p.72). Mas será isso mesmo?

Além do mais, Frame caricatura a posição puritana, acusando-a de fazer uma distinção rígida entre cultos formais e outras reuniões em que há culto (tal como o culto doméstico). É verdade que algumas igrejas modernas têm feito essa distinção, mas nós desafiamos Frame a encontrar isso como um ensino genérico seja dos puritanos ou presbiterianos escoceses. Para os puritanos e igualmente para os escoceses os elementos de culto usados no culto corporativo eram os mesmos elementos empregados no lar, exceto pelas ordenanças públicas (os sacramentos). (Ver o Diretório de Westminster para o Culto Familiar).²²

²² Eu ousou dizer que é mais provável que a própria igreja de Frame faça uma falsa dicotomia entre culto “formal” e outras reuniões cristãs. Por exemplo, seu livro é planejado para ser usado por escolas dominicais. Quando essas escolas dominicais se congregam e a instrução é empreendida na ambientação de uma reunião da igreja, Frame encoraja a discussão aberta (p.14). Precisamos perguntar? As mulheres presentes nessas discussões devem ser reguladas pela injunção apostólica que governa o “culto público”? “...conservem-se as mulheres caladas nas igrejas, porque não lhes é permitido falar; mas estejam submissas como também a lei o determina. Se, porém, querem aprender alguma coisa, interroguem, em casa, a seus próprios maridos; porque para a mulher é vergonhoso falar na igreja.” (1 Co 14:34-35).

A resposta dada geralmente é que, como a Escola Dominical não é um “culto”, então as mulheres podem livremente participar com comentários e interrogações, um ponto de vista que Frame parece compartilhar (cf. p.111 nota 6). A divisão entre o culto “formal” e outras reuniões “informais” para instrução não é uma distinção puritana, escocesa ou confessional de forma alguma. É uma acomodação moderna ao feminismo em igrejas que são frágeis na autoridade bíblica. Assim, pedimos ao Sr. Frame que não culpe os puritanos pelos erros de nossos tempos; pois eles não são a origem de tais sofismas.

Frame então alarga mais sua “aplicação” tratando o *conteúdo* do canto na igreja no nível das questões menores a serem ponderadas. “Igrejas diferentes aplicam legitimamente as ordenanças de Deus em modos diferentes. Deus nos ordena a cantar; algumas igrejas podem aplicar esta ordenança ao cantarem três hinos durante seu culto, outras quatro. Algumas podem cantar primariamente hinos tradicionais, outros cânticos contemporâneos” (p.75). Observe como Frame envolve em sua concepção da aplicação, não apenas o *número* de cânticos usados, mas o *conteúdo* do canto também. Com o abanar de sua mão ele dispensou uma das mais sérias controvérsias na história presbiteriana, ao colocar o *conteúdo* do canto no culto ao nível da decisão em se cantar um *número* particular de cânticos. Inacreditável!

No capítulo 5, Frame coloca o foco no culto público. Ele inicia recusando um paradigma composto de “elementos” de culto:

Os puritanos desenvolveram a doutrina dos “elementos” ou “partes” do culto. O culto, acreditavam eles, é composto de elementos fixos claramente distinguíveis: oração, a leitura das Escrituras, pregação e assim por diante. O Princípio Regulador, sustentam eles, requer que encontremos autorização bíblica para cada um desses elementos...

Mas há sérios problemas com esta abordagem. O problema mais sério é que não há nenhuma autorização bíblica para eles! As Escrituras em lugar algum dividem o culto em uma série de “elementos” independentes, cada um requerendo justificativa independente nas Escrituras (p.83).²³

Ora, esta é uma descrição muito astuta. Frame fala da visão “puritana”, e depois segue descrevendo um paradigma paralelo à Confissão de Westminster. A rigor, isto não é de todo errado, já que a Confissão de Westminster foi escrita pelos puritanos. Todavia, teria chocado mais seus leitores presbiterianos se o Sr. Frame simplesmente tivesse saído e dito diretamente: “Eu me oponho ao ensino da Confissão de Westminster em sua descrição das partes do culto”.

É importante perceber que, ao rejeitar a idéia dos elementos (ou partes) do culto (pp.82-85), Frame questiona as seções 3-6 do capítulo 21 da Confissão de Westminster. A Confissão usa especificamente o termo “parte” ou “partes” três vezes dentro dessas seções, em sua descrição do culto. Portanto, rejeitar o conceito das partes do culto é rejeitar o ensino da Confissão.

Além do mais, como temos visto, o conceito das *partes* do culto é bem mais antigo que os puritanos. Ele foi entremeadado em vários credos reformados e

²³ N. do E.: Seria prudente chamar a atenção para o fato de que estes elementos estão expressos claramente no todo das Escrituras

defendido por escritores do início da Reforma. Por isso, o Sr. Frame não apenas tem dispensado os puritanos e a Confissão; em sua sabedoria auto-proclamada, ele também rejeitou o ensino dos reformadores.

Mais ainda, ele recorre ao exagero quando caracteriza os puritanos como sustentadores de elementos rigidamente “independentes”, já que os escritores reformados não negam a inter-relação e a natureza sobreposta, progressiva de várias partes do culto. A chave para a concepção reformada é sua exigência de que todo recurso do culto tenha autorização clara das Escrituras, e não que cada parte seja rigidamente independente das outras.

Frame fala contra o “sentido técnico da teologia puritana”, e “a metodologia puritana elaborada” (p.84) que ele deprecia como insuficiente. Agora ele deixa de maldizer os puritanos com elogios pálidos para fazer oposição desvelada. E lembremos que, ao opor-se aos puritanos, ele está de algum modo amontoando mais escárnio sobre os modelos confessionais, já que eles foram escritos pelos puritanos.

Se o Sr. Frame claramente demonstrasse onde os puritanos estavam errados, com bem firmada exegese da Escritura, nós levaríamos seus argumentos mais a sério. Mas o professor é dado a asserções genéricas que não comprova, sejam da Escritura ou da história. Somos obrigados a aceitar questões conforme o Sr. Frame as caracteriza (e as caricatura), simplesmente porque ele assim diz?

O Sr. Frame não pode deixar escapar totalmente um dilema criado por sua própria negação da descrição confessional dos elementos de culto. Ele ainda tem de achar alguma nomenclatura na língua inglesa para descrever as várias “partes” do culto. Por isso, Frame fala dos “aspectos” do culto (p.85). Ele então formula sua própria lista das partes – o.k., “aspectos” – do culto. Estes se enquadram sob um cabeçalho intitulado “Minha Lista”, que em si mesma revela a direção de seu raciocínio. Como Frame rejeitou a idéia puritana/confessional/reformada das partes bíblicamente ordenadas do culto, ele não nos fornece um padrão divino para o culto. Ao contrário, descobrimos uma lista arrumada de Frame de “coisas para se fazer no culto” (p.86). (Talvez, com a argúcia de um escolástico medieval, o Sr. Frame possa nos explicar as sutis diferenças entre “coisas”, “aspectos” e “partes” no culto).

Frame usa as concepções que ele introduziu (contra as partes do culto) para levantar questões controvertidas nas quais ele tem interesse. Obviamente, se ele puder dispensar o paradigma confessional no culto, isso o deixará com maior espaço para injetar vários “aspectos” que não se ajustam dentro do paradigma confessional do culto.

Por todo o curso do livro, Frame faz concessão para o canto de hinos não inspirados, música instrumental, dias festivos eclesiásticos, coral, drama, e dança sagrada no culto. Ele defende a idéia de igreja de crianças e, em uma nota de rodapé, ele deixa a porta aberta para a *paedo-communion* (comunhão infantil – p.140) . Seria surpresa que Frame se sentisse desconfortável com o paradigma confessional do culto, já que este exclui essas reivindicações extravagantes?

Ao argüir seu caso, Frame adota um método dúbio de hermenêutica. Por exemplo, considere sua seção sobre o drama no culto (pp. 131-132). Frame não apresenta um mandamento das Escrituras para empregar o drama no culto. Em vez disso, as ações simbólicas dos profetas, o caráter tipológico das festas do Antigo Testamento, e o uso de Cristo das parábolas nas narrativas escriturísticas são apresentados como bases suficientes para justificar o drama no culto (A única coisa que proclama a fé de um modo visível no NT são os Sacramentos – NE). Frame agora expandiu sua construção do Princípio Regulador além de qualquer forma que seja reconhecida nos paradigmas reformados e históricos do culto. Não cometa erro acerca disto: nós podemos aderir à visão confessional e reformada, ou podemos adotar a posição de Frame; mas não há como ficar com as duas. A disparidade é muito grande.

Ora, esse fato levanta uma questão preocupante acerca da integridade do autor. No Prefácio do livro, Frame declara: “Na minha concepção, a Confissão de Westminster está inteiramente correta no seu Princípio Regulador – que o culto verdadeiro é limitado ao que Deus ordena” (p. 14). (Incluindo drama, certo?) Virando a página, somos assegurados: “Meu próprio comprometimento teológico é presbiteriano; eu subscrevo entusiasticamente à Confissão de Fé de Westminster e aos Catecismos, e confio que este comprometimento estará totalmente evidente neste livro” (p.16). Infelizmente, o comprometimento de Frame ao presbiterianismo confessional é precisamente o que não está aparente no livro.

Na verdade, o que Frame professa dar com uma mão, ele tira com a outra. No Prefácio, ele mostra suas verdadeiras cores:

“O culto presbiteriano — baseado no “Princípio Regulador” bíblico, que eu descrevo nestas páginas — era em seus primórdios muito restritivo, austero, e “minimalista”.²⁴ Ele excluía órgãos, coros, hinos que não fossem os salmos,

²⁴ Frame está aqui adotando a expressão usada por James Jordan, outro escritor heterodoxo. O Sr. Jordan tem uma história de publicação de opiniões especulativas acerca do culto. Para uma breve avaliação das concepções de Jordan, ver *The Canterbury Tales: An Extended Review and Commentary based upon the Geneva Papers* [Os Contos de Canterbury: Uma Revisão Prolongada e Comentário baseado nos Jornais de Genebra] por Kevin Reed (artigo reeditado; Dallas: Presbyterian Heritage, 1984, 1996).

simbolismo no culto, e feriados religiosos com exceção do dia do Senhor.²⁵ Os presbiterianos que continuam na tradição dos “Covenanters” [Aliancistas], assim como aqueles na Igreja Presbiteriana Reformada da América do Norte e algumas outras poucas denominações, ainda adoram desta forma, mas eles são hoje neste respeito uma pequena minoria de presbiterianos conservadores.

Contudo, a teologia puritana do culto que produziu este minimalismo é ainda ensinada em igrejas e seminários teologicamente conservadores como sendo a concepção de culto presbiteriana e reformada autêntica. Isto é em parte porque essa teologia é refletida na Confissão de Fé de Westminster e Catecismos, aos quais essas igrejas subscrevem. Mas os padrões de Westminster na verdade contêm muito pouco da teologia puritana do culto. Os grandes teólogos puritanos e escoceses que escreveram os padrões de Westminster foram bastante sábios em não lhes incluir todas as suas idéias no culto...

O resultado tem sido que, embora poucas igrejas presbiterianas conservadoras de fato cultuem do modo puritano, a teologia puritana do culto fixa o padrão da ortodoxia entre eles. Esta discrepância às vezes leva à consciência pesada. Eu tenho conversado com pastores, por exemplo, que estão dispostos a retornar ao uso exclusivo dos Salmos no canto congregacional, todavia sentem-se embaraçosos acerca do canto de hinos. Eles quase parecem pensar que devem cultuar como os puritanos faziam, embora não tenham nenhuma intenção de fazer isso. Eles sentem-se preocupados de que essa hesitação chegue a ser uma inconsistência no comprometimento deles com a fé reformada e ortodoxia presbiteriana” (p.12-13).

Estas observações contêm uma admissão surpreendente. Frame corretamente percebe uma discrepância entre o que presbiterianos *professam* em sua doutrina e o que eles *praticam* no culto.

Em lugar de pedir conformidade à prática da doutrina confessional, Frame está encorajando presbiterianos a abandonarem a doutrina.

Ao fazer assim, Frame fala claro por todos os cantos de sua boca. Como foi observado, ele quer assegurar seus leitores do seu comprometimento com os Padrões de Westminster. Porém, no mesmo fôlego, ele confirma que está construindo um novo paradigma para o culto:

²⁵ Deve ser notado que os reformadores e puritanos se opuseram a algumas dessas práticas em considerações adicionais além de uma declaração simples do princípio regulador. Eles freqüentemente invocaram as proibições das Escrituras que diretamente condenam superstições e imitações do culto pagão (tal como Dt 12:1-4, 29-32). A aplicação das injunções bíblicas contra superstições e imitações não são um ponto em foco nesta resenha, e Frame não trata com essas proibições de nenhuma forma significativa. Contudo, os leitores deviam perceber que a doutrina reformada do culto é mais ampla no escopo do que pode parecer na presente discussão acerca do princípio regulador.

“O resultado de nosso repensar, eu espero, será um paradigma de certo modo revisado para o culto presbiteriano: profundamente reformado em suas assunções, afirmando o Princípio Regulador e as declarações da Confissão de Westminster e Catecismos, mas permitindo maior flexibilidade do que os puritanos permitiram em aplicar os mandamentos de Deus para o culto” (p. 14).

Aqui novamente, Frame lança os puritanos num papel negativo, e induz os leitores a aceitar seu retrato distorcido dos Padrões de Westminster. É um jogo arrojado por parte de Frame – similar a uma conferência muito seriamente aparentada a um marqueteiro político.

Ele realmente espera que os leitores acreditem que “os Padrões de Westminster de fato contêm muito pouco da teologia puritana do culto”? Ele estudou seriamente a Confissão (Cap. 1, 20-22, 27-29), o Catecismo Maior (#104-121), e o Catecismo Menor (#45-62)? Mais, nem ainda consideramos o Diretório de Westminster para o Culto Público, nem também o Diretório para o Culto Familiar. Ora, sabemos que Frame não adere a esses documentos, pois eles não têm status constitucional em sua denominação (cf. Frame, p. 17, nota 2). Contudo, é certo que a Assembléia de Westminster não divorciaria esses documentos do resto dos Padrões; e por isso aqueles grandes teólogos não aceitariam a caracterização de Frame de que “os Padrões de Westminster de fato contêm muito pouco da teologia puritana do culto”. E como eles reagiriam às bobagens condescendentes de Frame de que eles “foram bastante sábios em não lhes incluir todas as suas idéias no culto”? Certamente, os Padrões de Westminster contêm bastante teologia puritana para refutar as idéias de Frame acerca do culto.²⁶

Nós aplaudimos o anseio pastoral do Sr. Frame de ajudar seus seguidores presbiterianos que estão sofrendo de “consciência pesada”. Podemos sugerir que o verdadeiro remédio para suas “hesitações” e “inconsistência” seja arrependimento, e um retorno ao ensino bíblico e práticas da fé reformada e ortodoxia presbiteriana?

A maior tragédia é que o livro do Sr. Frame é em si mesmo uma testemunha da baixa condição espiritual das Igrejas Presbiterianas “conservadoras” na América. Frame tem admitido abertamente a discrepância entre a doutrina

²⁶ Encorajamos os leitores sérios a fazer uma experiência. Compare a doutrina do Sr. Frame com alguma exposição padrão puritana (ou reformada) do segundo mandamento, ou explanação na velha linha presbiteriana dos Padrões de Westminster. Pergunte a si mesmo: “Que discurso leva mais a sério as Escrituras? Qual está atentando realmente aos detalhes do texto bíblico? Compare o Diretório de Westminster para o Culto Público com a descrição do Sr. Frame de seu próprio culto no capítulo 13. Qual culto tende mais à honra e glória de Deus?”

confessional e a prática ordinária dentro das denominações Presbiterianas. Considere ainda que o Sr. Frame ensina em um Seminário Presbiteriano; ele é também um pastor presbiteriano; seu livro é publicado por uma editora presbiteriana; a recomendação impressa na contra-capa de seu livro inclui endossos por instrutores de outro seminário que ensinam em instituições que professam ser presbiterianas e reformadas.

Esses fatos levantam implicações aflitivas considerando a natureza insincera da subscrição confessional dentro das igrejas e dos seminários. Há também ramificações preocupantes com relação à doutrina da Escritura, pois o Princípio Regulador repousa sobre o fundamento da suficiência das Escrituras, com respeito ao culto. O livro de Frame fornece evidência patente de que a disciplina eclesiástica é carente nas igrejas, e que os professores de seminários podem ensinar concepções heterodoxas com impunidade. Se os presbiterianos levassem seu credo a sério, o Sr. Frame seria retirado do seminário e do pastorado, e não permitido ensinar. Mas, na situação atual, a maioria dos pastores, seminários e o povo são cúmplices nos crimes do culto corrupto e da frouxidão confessional.

“Cousa espantosa e horrenda se anda fazendo na terra: Os profetas profetizam falsamente, e os sacerdotes dominam de mãos dadas com eles; e é o que deseja o meu povo” (Jr 5:30-31).

Revista *Os Puritanos*, XIV, nºIV.
Tradução: Marcos Vasconcelos.